

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>1. A SITUAÇÃO DENOMINADA CEGUEIRA DELIBERADA</b> .....	<b>23</b>
1.1. Origens da classificação jurídico-penal dos casos de cegueira deliberada .....	26
1.2. O <i>leading case US v. Jewell</i> .....	29
1.3. O objeto do conhecimento, intencionalmente ignorado ...	32
1.4. A atitude do sujeito de ignorância proposital do aspecto fático .....	33
1.5. A equiparação jurídica dos casos de cegueira deliberada com as atuações realizadas com o conhecimento da situação .....	34
1.6. A ambiguidade do termo <i>knowledge</i> .....	39
1.7. O objeto da equiparação .....	44
1.8. O fundamento da equiparação .....	50
1.9. A especificação dos critérios classificatórios e consequente definição do conteúdo da <i>willful blindness doctrine</i> .....	51
1.9.1. Os requisitos legais elementares .....	52
1.9.2. O requisito adicional definido no caso <i>US v. Jewell</i> .....	54
1.9.3. A polémica sobre a motivação e a finalidade .....	55

1.9.4. Síntese.....	58
1.10. A <i>willful blindness doctrine</i> .....	59
1.11. A distinção entre a <i>willful blindness doctrine</i> e a situação denominada cegueira deliberada ( <i>willful blindness</i> ) .....	62
<b>2. PROBLEMAS DE COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS DA COMMON LAW E DA CIVIL LAW.....</b>	<b>65</b>
2.1. Diferenças entre as categorias <i>knowledge</i> e dolo eventual ...	66
2.1.1. Conseqüências destas diferenças .....	70
2.1.2. Tentativas de adaptações.....	72
2.2. Ausência de relação direta entre a cegueira deliberada e o dolo eventual.....	75
2.2.1. Conseqüências da confusão conceitual .....	78
2.3. O problema do conhecimento na definição do elemento cognitivo do dolo .....	80
2.3.1. O erro sobre elementos do tipo .....	81
2.3.2. O que sabe quem decide não confirmar uma suspeita.....	87
2.4. Propostas de modificação do conteúdo das categorias ....	91
<b>3. O CONTEÚDO DO DOLO (COM ÊNFASE NO DOLO EVENTUAL) .....</b>	<b>95</b>
3.1. O aspecto cognitivo do dolo eventual .....	98
3.1.1. Os casos de cegueira deliberada .....	105
3.2. O aspecto volitivo do dolo eventual.....	109
3.2.1. A indiferença.....	112
3.2.2. A atitude do sujeito diante do risco .....	114
3.2.3. Os casos de atuação mediante cegueira deliberada .....	117
3.3. A imprudência consciente.....	119
<b>4. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DA SITUAÇÃO .....</b>	<b>123</b>

4.1. A estrutura da conduta ( <i>actio libera in causa</i> ) .....	124
4.1.1. Modos de ignorar.....	128
4.1.2. O elemento subjetivo da conduta prévia de ignorância .....	129
4.1.3. O elemento subjetivo da conduta típica posterior.....	131
4.2. Os motivos e a finalidade.....	133
4.2.1. A metáfora do avestruz e da raposa.....	135
4.2.2. A função dos motivos e das finalidades.....	138
4.3. O objeto do elemento cognitivo do dolo .....	140
4.3.1. A determinação do objeto .....	142
4.4. A configuração objetiva do fato .....	146
4.5. Diferenças em relação a hipóteses similares, porém não idênticas .....	147
4.5.1. A “cegueira diante dos fatos” de Jakobs.....	148
4.5.2. A ignorância deliberada “stricto sensu” de Ragués i Vallès.....	149
4.6. Síntese dos requisitos para a classificação das condutas realizadas mediante ignorância deliberada na categoria dolo eventual.....	153
<b>5. A RECEPÇÃO DO TEMA NO BRASIL .....</b>	<b>157</b>
5.1. A teoria jurídica.....	158
5.2. A jurisprudência .....	166
5.2.1. O “Assalto do Banco Central” .....	167
5.2.2. O “Mensalão” .....	169
5.2.3. O caso do contrabando de cigarros.....	171
5.3. Balanço .....	172
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>173</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>177</b>